

A previdência e o mercado de trabalho

Por João Saboia

Os últimos dados da Pnad Contínua do IBGE divulgados no final de novembro apresentam um excelente quadro do drama em que vive o mercado de trabalho no país.

Sem dúvida, o resultado mais favorável é a taxa de desemprego que permanece caindo. Mas a um custo enorme, na medida em que os empregos formais continuam sendo substituídos pelo trabalho informal sem carteira assinada e sem contribuição previdenciária. Por outro lado, há um efeito conjuntural de criação de empregos temporários que faz com que o desemprego costume cair no final de cada ano.

São 12,3 milhões de desempregados, que se transformam em 27,2 milhões se forem acrescentadas as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial não incorporada ao mercado de trabalho (pessoas desalentadas ou indisponíveis momentaneamente para o trabalho).

Além do drama individual vivido pelas pessoas que precisam trabalhar e não conseguem, tais números mostram a perda representada para o país em termos de renda e riqueza que poderiam estar sendo geradas, mas são frustradas pelas dificuldades atuais da economia e do mercado de trabalho.

Contribuintes da previdência e ocupação

De fev/abril 2012 a ago/out 2018 (em % da população ocupada)



Fonte: PNAD Contínua – IBGE

INFORME

A dimensão do problema pode ser medida pelo tamanho da piora ocorrida no mercado de trabalho nos últimos quatro anos, após uma década de melhorias (2004/2014).

Em meados de 2014, por exemplo, o número de desocupados era de "apenas" 6,3 milhões, ou seja, pouco mais da metade dos números atuais.

Nesse período foram perdidos 3,7 milhões de empregos com carteira assinada.

Em contrapartida, houve um aumento de 1,8 milhão de empregos sem carteira assinada. Ou seja, para cada dois empregos formais perdidos foi criado um emprego informal.

Em outras palavras, a precarização aumentou, não apenas pelo crescimento do desemprego, mas pela inserção mais desfavorável daqueles que conseguiram uma ocupação.

Tais dados nos levam a uma segunda questão da maior atualidade no presente - a reforma da previdência. Normalmente essa questão tem sido tratada pelo lado do crescimento dos gastos públicos, mostrando a inviabilidade da situação no longo prazo.

Quando se menciona o lado da receita, costuma-se apontar para as isenções e a mudança da regra original baseada na folha de pagamentos para a utilização do faturamento em alguns setores da economia, que contribuíram negativamente para a arrecadação.

Sem dúvida a reforma da previdência é um tema da maior relevância e precisa ser encarado pelo novo governo. Mas do ponto de vista da arrecadação não pode ser esquecida a crise do mercado de trabalho que eliminou milhões de empregos que contribuíam para o INSS.

“O percentual de contribuintes para a previdência vem caindo com força nos últimos três anos”

Ainda segundo a Pnad Contínua, por conta do aumento da informalidade, o percentual de contribuintes para a previdência social passou de 65,7% das pessoas ocupadas em 2015 para 63% atualmente.

Antes disso, a contribuição previdenciária não parava de crescer conforme mostra o gráfico. Ou seja, ao mesmo tempo em que apenas cerca de dois terços das pessoas ocupadas são contribuintes da previdência, tal percentual vinha crescendo antes da crise, mas vem caindo fortemente nos últimos três anos.

INFORME

Cabe lembrar que o crescimento do percentual de contribuintes é muito anterior a 2012, tendo se iniciado em meados da década passada quando o mercado de trabalho começou a melhorar.

Tais números não chegam a surpreender quando verificamos alguns dados adicionais da Pnad Contínua.

Além do crescimento do emprego sem carteira assinada (no setor privado ou no serviço doméstico), também vem crescendo o número de trabalhadores por conta própria e de empregadores sem o CNPJ, ou seja, duas formas de inserção no mercado de trabalho não contribuintes para a previdência.

Se por um lado, tais informações mostram as dificuldades de financiamento da previdência no curto prazo, por outro, apontam para os problemas que serão encontrados no longo prazo, na medida em que cerca de um terço dos ocupados não é contribuinte e de alguma forma tais pessoas terão que ser sustentadas pelo país no futuro através da previdência ou da assistência social.

Em outras palavras, sem minimizar os sérios problemas da previdência no longo prazo, é preciso entender que parcela importante das dificuldades para seu financiamento no curto prazo se deve à situação enfrentada atualmente pela economia e pelo mercado de trabalho.

Mais cedo ou mais tarde a economia deve voltar a crescer e nesse momento o mercado de trabalho entrará em recuperação, contribuindo para a melhora das contas previdenciárias.

Portanto, é preciso que a reforma da previdência seja enfrentada levando-se em consideração a situação atual da economia e do mercado de trabalho e suas perspectivas a médio e longo prazo.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ.

E-mail: saboia@ie.ufrj.br.